NASCER E CRESCER
revista do hospital de crianças maria pia
ano 2011, vol XX, n.º 1

Longitudinal Pathways Linking Child Maltreatment, Emotion Regulation, Peer Relations, and Psychopathology

Kim Jungmeen, Cicchetti Dante
In Journal of Child Psychology and Psychiatry. 2010; 51 (6): 706-16

Background: The aim of this study was to investigate longitudinal relations among child maltreatment, emotion regulation, peer acceptance and rejection, and psychopathology.

Methods: Data were collected on 215 maltreated and 206 nonmaltreated children (ages 6-12 years) from low-income families. Children were evaluated by camp counselors on emotion regulation and internalizing and externalizing symptomatology and were nominated by peers for peer acceptance and rejection.

Results: Structural equation modeling analyses revealed that experiencing neglect, physical and/or sexual abuse, multiple maltreatment subtypes, and earlier onset of maltreatment were related to emotion dysregulation. Lower emotion regulation (Time 1) was associated with higher externalizing symptomatology (Time 1) that contributed to later peer rejection (Time 2), which in turn was related to higher externalizing symptomatology (Time 2). Conversely, higher emotion regulation was predictive of higher peer acceptance over time, which was related to lower internalizing symptomatology controlling for initial levels of symptomatology.

Conclusions: The findings emphasize the important role of emotion regulation as a risk or a protective mechanism in the link between earlier child maltreatment and later psychopathology through its influences on peer relations.

Keywords: Emotion regulation, maltreatment, peer relations, psychopatology.

Acerca da importância da regulação emocional na relação com os pares na origem de psicopatologia em crianças vítimas de maus-tratos.

COMENTÁRIOS

A regulação emocional tem sido considerada como um conceito fundamental na compreensão da psicopatologia infantil e em adultos. Esta pode ser considerada como a capacidade da pessoa modular o seu estado emocional de forma a atingir um bom nível de actuação com o ambiente. Como exemplo, uma pessoa perante uma situação ameaçadora deve conseguir uma regulação adequada dos seus níveis de medo, para conseguir avaliar, pensar e decidir como actuar nessa situação. Esta competência é adquirida na infância, quando as crianças perante estímulos do meio ambiente, começam a experimentar as emoções mais básicas como medo, raiva ou alegria, e aprendem as pistas faciais associadas; depois, a cada expressão facial irá ligar-se uma palavra que exprimirá essa emoção (Machado Vaz, citando Widen & Russell)[1]. Através deste processo, a criança irá adquirindo uma maior capacidade de perceber o seu estado emocional e o dos outros, de forma a poder reagir de forma mais adaptativa: decidir parar de falar quando, na sala de aula percebe pela expressão da professora que esta está aborrecida, ou quando avalia como amistoso e não como uma provocação um cumprimento pelo sorriso que lhe é dirigido por um colega. Cuidadores sensíveis e disponíveis, que estabelecem uma vinculação segura com a criança, são eficientes a ajudar a criança nesta aprendizagem de regular as suas emoções na relação com o ambiente. Perante a dor, a frustração ou o desconforto do bebé, os pais saudáveis são capazes de apaziguar e acalmar, ajudando-o a experimentar um estado emocional melhor tolerado. A regulação emocional é um processo que nos primeiros quatro anos é muito influenciada pelos comportamentos dos cuidadores.

Quando uma criança é sujeita a maus-tratos, todo este processo é comprometido, pela ausência de interacções sensíveis que respondam adequadamente às necessidades da criança. Por exemplo, uma criança pequena que nas suas explorações do ambiente se assusta perante um estímulo estranho e começa a chorar, poderá receber da parte de uma mãe negligente uma reacção de indiferença perante esse estado de alarme, ou uma reacção punitiva ao comportamento de autonomia, da parte de uma mãe que avalia o choro como irritante e perturbador.

As famílias em que existem maus-tratos são, deste modo, pouco capazes de apoiar e proteger quando as crianças estão perturbadas, perdendo a oportunidade de aprender estratégias para lidar com os seus estados emocionais. Assim, irão ter maior dificuldade na regulação emocional, que se pensa estar intimamente ligada com a maior ocorrência de psicopatologia: quadros internalizadores como ansiedade e depressão e quadros externalizadores como problemas de atenção, hiperactividade, oposição e outros problemas de conduta.

O que este trabalho pretende analisar é o papel da regulação emocional na origem da psicopatologia em crianças de 6-12 anos, sujeitas a maus-tratos, focalizando-se nos efeitos mediadores das relações com os pares. Sabe-se que as crianças com uma boa regulação emocional possuem um leque de respostas variadas e socialmente aceitáveis, enquanto que aquelas que não a possuem, apresentam uma reactividade emocional excessiva ou deficitária, fraca empatia ou reacções afectivas inadequadas ao contexto. Nestas, as reacções de agressividade e comportamentos disruptivos são frequentes nas suas interacções[2].

O estudo abrangeu 215 crianças vítimas de maus-tratos que foram avaliadas com vários instrumentos de medida em dois momentos, durante um período consecutivo de dois anos.

Os resultados apontam que os maus-tratos – particularmente a negligência, o abuso físico e/ou sexual e um início precoce – se associam a má regulação emocional, que contribui de forma directa para sintomatologia internalizadora e externalizadora e de forma indirecta através das relações negativas com os pares.

Curiosamente, o abuso emocional, que neste estudo dizia respeito sobretudo a frustração persistente ou grave das necessidades emocionais das crianças, como segurança psicológica e aceitação, não se associava a problemas significativos na regulação emocional. Estas crianças, quando comparadas com o grupo de controlo, apresentavam antes problemas no desenvolvimento da sua auto-estima, sendo um factor de risco preditivo para o desenvolvimento de depressão.

As crianças que mostravam melhor regulação emocional e que dispunham de comportamentos afectivos adequados, eram melhor aceites pelos pares, e tinham menos probabilidade de sofrer de sintomatologia internalizadora mais tarde, constituindo-se com um factor protector. Esta regulação emocional adaptativa, permite à criança mais facilmente estabelecer relações positivas com os outros, ao fomentar qualidades sociais, como a empatia e ter em conta outras perspectivas.

Nas que manifestavam uma desregulação emocional, isto tornava-se um factor de risco para o desenvolvimento de sintomatologia externalizadora e rejeição pelos pares, já que são crianças que manifestam frequentes comportamentos agressivos e disruptivos nas suas interacções sociais.

Assim, na intervenção com crianças vítimas de maus-tratos, há que ter em conta a relevância da aprendizagem de estratégias de regulação emocional e à sua aplicação na relação com os pares.

Maria do Carmo Santos[1]

Nascer e Crescer 2011; 20(1): 38-39

BIBLIOGRAFIA

1. Vaz, F. Diferenciação e regulação emocional na idade adulta: tradução e validação de dois instrumentos de avaliação para a população portuguesa. Dissertação de mestrado em Psicologia apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Disponível em: www: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9898.
2. Shields A, Ryan RM, Cicchetti D. Narrative Representations of Caregivers and Emotion Dysregulation as Predictors of Maltreated Children's Rejection by Peers. Developmental Psychology 2001; 37(3): 321-7.

[1] Departamento de Pedopsiquiatria do Hospital Maria Pia / CHPorto